

# Cientistas dizem o que espe

FLAVIO GOMES

Da Reportagem Local

Pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para a ciência e tecnologia. Esta é uma das reivindicações básicas dos cientistas ao Congresso constituinte, que inicia seus trabalhos neste ano. Mas a comunidade científica também apresenta sugestões inusitadas, como a do geneticista Warwick Kerr, que propõe a obrigatoriedade de uma fábrica de bicicletas em cada Estado, como medida de economia de energia. Liberdade de investigação científica, facilitação nas importações e proteção ao meio ambiente também fazem parte do pacote de aspirações dos cientistas.

Crodowaldo Pavan, 66, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): "Se nós acreditamos em ciência e tecnologia, devemos exigir que na Constituição constem artigos que obriguem o governo a aplicar uma certa quantia do seu orçamento em desenvolvimento científico e tecnológico. Assim não dependeríamos da boa vontade dos governos que virão, pois as verbas seriam asseguradas por obrigação constitucional. Se forem garantidos pelo menos 2% do PIB para a ciência, com certeza no futuro será pouco, mas o suficiente para manter estável o sistema."

Walter Colli, 47, diretor do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQ/USP): "A Constituição deve considerar que a investigação científica é um fator de segurança nacional e de independência econômica e política do país, garantindo sua liberdade. Se possível, o que eu não acredito, deve determinar a obrigatoriedade de uma porcentagem do PIB para a ciência. Se o país aplicar 2% deste PIB em atividades científicas e tecnológicas, já ficarei muito feliz. É importante também que haja um desenvolvimento harmônico de todas as ciências, porque hoje há prioridades para determinadas ciências que têm retorno imediato. De uma maneira mais ampla, sempre defendi isenção fiscal para o investimento nacional na ciência, algo semelhante à Lei Sarney, que incentiva a cultura. Esses investimentos seriam analisados por comissões independentes de cientistas para saber se o indivíduo está mesmo aplicando em ciência e tecnologia."

Bolívar Lamounier, 43, diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), candidato derrotado à Câmara Federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: "A Constituição deve estabelecer as bases jurídicas para um desenvol-

Roberto Faustino/3.out.86



O cientista político Bolívar Lamounier

Alexandre Tokitaka



Walter Colli, diretor da Química-USP

## SBPC quer fixar responsabilida

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) constituiu uma comissão especial para elaborar uma proposta sobre ciência e tecnologia a ser apresentada ao Congresso constituinte. A comissão, coordenada pelo sociólogo da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e vice-presidente da SBPC, José Albertino Rodrigues, 58, tem como membros Aziz Ab'Saber (geógrafo da USP), Bolívar Lamounier (cientista político do Idesp), Erney Camargo (parasitologista da USP), Milton Santos (geógrafo da USP) e João Célio Brandão (da área de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio, PUC/RJ).

A proposta da SBPC abrange os seguintes pontos: 1. Espaço e território: a Constituição deveria ter como primeiro capítulo uma ampla e moderna noção de espaço, não apenas no sentido horizontal, mas também vertical, abrangendo o espaço aéreo e o subsolo. O objetivo é que o

país defina de uma forma concreta a ocupação do seu território, assumindo responsabilidades efetivas sobre todos os processos e condições de exploração dos recursos territoriais, marítimos, lacustres, incluindo as ilhas oceânicas; 2. Ciência e tecnologia: deverão ser fixadas as responsabilidades do Estado na promoção do desenvolvimento científico e de suas aplicações práticas como fatores decisivos para o próprio desenvolvimento econômico e social do país e o bem-estar da população. Para concretizar esse princípio deverão ser mobilizadas as instituições de ensino e pesquisa, as agências de fomento e as empresas públicas e privadas; 3. Educação e instrução: a SBPC endossa o manifesto dos educadores, aprovado na 4ª Conferência Brasileira de Educação, que consagra o princípio do direito de todos os cidadãos brasileiros à educação em todos os graus de ensino e do dever do Estado em prover os meios para garanti-la; 4. Meio ambiente: pro-

vimento rápido e consistente da educação, de um modo geral, e para a emancipação científica e tecnológica, em particular. No tocante ao ensino primário e secundário, é evidente que precisamos de uma verdadeira 'revolução educacional'. No que se refere à Universidade, precisamos combinar a democratização do acesso com a autonomia e com uma reorganização que a torne mais dinâmica. A responsabilidade do Estado deve ficar claramente definida em todos esses níveis. Quanto à ciência e à tecnologia, cabe ao Estado o estímulo e a orientação, sem prejuízo da iniciativa privada, em colaboração com as universidades e centros de pesquisa."

Florestan Fernandes, 66, deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), professor-emérito da Universidade de São Paulo e docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): "Eu pretendo trabalhar em estreita colaboração com as entidades científicas, como a SBPC e a Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Se as entidades representativas de todos os setores não forem ouvidas pelo Congresso, é melhor fechar as portas. Para ciência e tecnologia, é necessário que se invista em pesquisa básica, que não pode ser dissociada da pesquisa aplicada. Mas, antes do problema da ciência, está a miséria em que vive grande